



Scan to know paper details and
author's profile

The Monastery of Batalha and the Memory of the Military Orders—the Tombs of the Founder's Chapel

Dr. Mario Cunha

INTRODUCTION

After defeating the army of John I of Castile at Aljubarrota, the King vowed to build a monastery near the battlefield as a token of his gratitude to the Virgin Mary. This monastery would serve to commemorate the events of that day, the 14th of August, 1385. Following the example of his royal predecessors—who, over time, had favored or founded monastic institutions to serve as burial places for themselves and their close relatives—the Monastery of Santa Maria da Vitória would become the chosen resting place of his House, the Avis dynasty, which was just taking its first steps.

Keywords: NA

Classification: LCC Code: NA4875

Language: English



Great Britain
Journals Press

LJP Copyright ID: 573394

Print ISSN: 2515-5784

Online ISSN: 2515-5792

London Journal of Research in Humanities & Social Science

Volume 25 | Issue 10 | Compilation 1.0



The Monastery of Batalha and the Memory of the Military Orders—the Tombs of the Founder's Chapel

O Mosteiro da Batalha e a Memória das Ordens Militares – os Sepulcros da Capela do Fundador

Dr. Mario Cunha

INTRODUCTION

After defeating the army of John I of Castile at Aljubarrota, the King vowed to build a monastery near the battlefield as a token of his gratitude to the Virgin Mary. This monastery would serve to commemorate the events of that day, the 14th of August, 1385. Following the example of his royal predecessors—who, over time, had favored or founded monastic institutions to serve as burial places for themselves and their close relatives—the Monastery of Santa Maria da Vitória would become the chosen resting place of his House, the Avis dynasty, which was just taking its first steps.

Having only recently been elevated to the throne, during the Cortes held in Coimbra between the end of March and April 6 of that same year, King John I was the natural son of King Pedro, and thus the half-brother of King Ferdinand, who had died on October 22, 1383.

Over time, the burial places of kings reflected the territorial expansion of the Kingdom from North to South. Afonso Henriques had his parents, Henry and Teresa, buried in Braga. From 1147 onward, when the southern border of the Kingdom moved to the Tagus River and the center of gravity shifted to Coimbra—where the Canons Regular of the Holy Cross were richly endowed—the royal pantheon was established in their church: Afonso I and Sancho I were buried there.

Meanwhile, in 1153, Afonso Henriques donated the vast estate of Alcobaça to Abbot Bernard of

Clairvaux; the Cistercians established their principal house in the kingdom there, noted for the size of its church, begun in 1178—the longest of its kind in Portugal, consisting of twelve bays. The construction of the current building began in the late 12th century, which explains Afonso II's decision (he died in 1223) to be buried there—followed by Afonso III and his queen, Beatriz, Afonso IV, and Pedro I (alongside Inês de Castro, for whom he commissioned a magnificent tomb befitting her status).

Afonso III's successor, King Dinis, may have attempted to establish a new royal pantheon in the Monastery of São Dinis and São Bernardo in Odivelas, of the Cistercian Order, which he founded in 1295, but the effort did not succeed—perhaps due to tensions in his relationship with his heir, Afonso IV.

When, after the battle, the King decided to erect a monastery in honor of the Virgin and to establish a Dominican community there, King John could not yet imagine what the project would eventually become. It is known that the construction site was established between 1386 and 1388, while a provisional conventual church—naturally dedicated to the Virgin—was being built. This would later be known as Santa Maria-a-Velha ("Old St. Mary"), in reference to the definitive church whose construction began in 1388 and lasted until 1402.

The project was entrusted to Master Afonso Domingues (1330–1401). During this first phase, the main body of the church was built, along with the first register of the apse and the transept

portal. Construction also began on the Royal Cloister, Chapter House, Refectory, Dormitories, and Sacristy. Afonso Domingues died in 1401 and was succeeded by Huguet, a master of uncertain origin—possibly Catalan, though some believe he may have been Irish—who remained connected to the Batalha Monastery until his death in 1438.

Huguet completed several works initiated by Afonso Domingues, including the main body of the church and the Royal Cloister. He also redesigned the apse and laid the foundations for King Duarte's Pantheon (the "Unfinished Chapels") and conceived, designed, and carried out the construction of the Founder's Chapel—a work that we will focus on here, given its significance

I. INTRODUÇÃO

Vencido o exército de João I de Castela, em Aljubarrota, o Rei prometeu mandar erguer nas imediações do campo de batalha, como prova da sua gratidão à Virgem, um mosteiro que servisse para recordar os sucessos daquele dia, o 14^o do mês de agosto de 1385¹. À imagem dos reis, seus antecessores que, ao longo do tempo foram privilegiando ou fundando instituições monásticas que lhes servissem de lugar de repouso após as suas mortes – eles e os seus familiares mais próximos – o Mosteiro de Santa Maria da Vitória viria a ser o lugar de referência da sua Casa, a dinastia de Avis que então ensaiava os seus primeiros passos².

Alçado à condição régia havia poucos meses, em Coimbra, nas Cortes que reuniram entre finais de março e 6 de abril daquele ano, D. João I era filho natural do Rei D. Pedro, meio-irmão, por isso, de

¹ É o próprio D. João quem o declara no seu testamento, redigido por Lopo Afonso em 1426: "(...) *porque nos prometemos no dia da batalha que ouvemos com el Rey de Castela, de que Noso Senhor Deus nos deu vitoria, de mandarmos fazer aa homrra da dita Nossa Senhora Samta Maria (...) ally azerqua domde ella foy hũu moesteiro*". Vd. (Testamento de D. João I in GOMES, 2002: 135).

² O presente texto constitui uma revisitação à conferência que apresentamos em novembro de 2015, no Congresso "A Batalha e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória. História de uma Vila e Construção de um Mosteiro". Este é um texto inédito visto que desse conjunto de palestras nunca chegaram a ser publicadas as respetivas atas.

D. Fernando, falecido em outubro de 1383, no dia 22. Ao longo do tempo, os lugares de sepultamento régios foram refletindo a expansão territorial do Reino no sentido Norte-Sul. Afonso Henriques fez sepultar os pais, D. Henrique e D. Teresa, em Braga. Por sua vez, a partir de 1147, quando o limite Sul do Reino avançou até ao Tejo e o seu centro de gravidade se estabeleceu em Coimbra e os padres crúzios foram cumulados de mercês, o panteão afonsino estabeleceu-se na sua igreja: Afonso I e Sancho I fizeram-se aí sepultar. Entretanto, ainda em 1153, Afonso Henriques doou ao Abade de Bernardo de Clairvaux, o extenso couto de Alcobaça³; os cistercienses fizeram estabelecer ali a sua principal casa no reino, a qual se destaca pela dimensão da sua igreja, começada a construir em 1178 a mais comprida do seu género existente Portugal, composta por doze tramos. A construção do atual edifício remonta aos finais do século XII, facto que explica a decisão de Afonso II (falecido em 1223) de aí se fazer sepultar – depois dele Afonso III e sua rainha, D. Beatriz, Afonso IV e Pedro I (juntamente com Inês de Castro, para quem mandou confeccionar um magnífico túmulo, condizente com o seu). O sucessor de Afonso III, D. Dinis, ensaiou, talvez, o estabelecimento de um novo panteão real no Mosteiro de S. Dinis e São Bernardo de Odivelas, da Ordem de Cister, que fundou em 1295, mas a tentativa não vingou, um resultado, talvez, das tensões que caracterizaram o seu relacionamento com o herdeiro, Afonso IV.

Quando, finda a batalha, o Rei tomou a decisão de mandar erguer um mosteiro em honra da Virgem e nele estabelecer uma comunidade dominicana, D. João não podia imaginar, ainda, o aspeto que viria a adquirir a sua empresa. Sabe-se que a instalação do estaleiro da *opera* teve lugar entre 1386 e 1388, enquanto ia sendo levantada a igreja conventual provisória – naturalmente, de invocação à Virgem – que mais tarde seria identificada como Santa Maria-a-Velha, por alusão à igreja definitiva, cujos trabalhos de construção tiveram início em 1388, tendo-se prolongado até 1402. O projeto foi confiado a

³ COCHERIL, Maur (1989) – *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*. Lisboa: INCM, p. 19.

mestre Afonso Domingues (1330-1401); no decurso desta primeira campanha procedeu-se ao levantamento do corpo da igreja e primeiro registo da abside e portal do transepto, iniciando-se, também, a construção do Claustro Real e Sala Capitular, do Refeitório, Dormitórios e Sacristia. Afonso Domingues morre em 1401, sendo substituído por Huguet, mestre de origem incerta, possivelmente um catalão – não obstante haver quem admita a hipótese de se tratar de um irlandês – que permanece ligado à Batalha, também até à sua morte, ocorrida em 1438. Huguet conclui algumas das obras que Afonso Domingues iniciara, nomeadamente o corpo da igreja e o Claustro Real, além de proceder a uma reformulação da abside e lançar as bases do Panteão de D. Duarte (Capelas Imperfeitas) e de conceber, projetar e levar a cabo a construção da Capela do Fundador, obra de que particularmente aqui nos ocupamos, atendendo ao seu significado.

II. A CAPELA

O Panteão Real da Batalha, mais conhecido como Capela do Fundador, não fazia parte do projeto inicial do conjunto. A ideia de contruir um grande espaço funerário que servisse de última morada para o Rei e seus familiares diretos surge, não apenas, com a chegada de Huguet à direção das obras, mas também como um reflexo da consolidação da nova dinastia.

Conquanto auspiciosa, a situação em que se achou o vencedor de Aljubarrota no final da jornada que o consolidou no Poder, podia revelar-se efêmera, fosse por causa da situação interna do Reino, que podia evoluir de um modo desfavorável, considerando as feridas abertas no decurso dos últimos anos, fosse em consequência de algum acontecimento adverso do quadro internacional. Três décadas volvidas sobre a jornada de 14 de agosto de 1385, a situação mudara: em 1411 a paz foi restabelecida com Castela (Tratado de Ayllón, datado de 31 de outubro). Isto permitiu ao Rei levar a cabo uma empresa que nenhum outro monarca hispânico até então ousara: D. João atravessa o Estreito de Gibraltar à frente de um exército, põe cerco a cidade de Ceuta e submete-a no dia 21 de agosto de 1415, com isso expandindo os domínios do Reino de Portugal e, por

consequência, da Cristandade. O prestígio que este feito lhe traz é enorme – para ele e para a sua descendência – justificando a ideia de mandar construir na Batalha um lugar onde ele e os da sua Casa pudessem repousar juntos.

A Família Real, D. João e sua mulher, Filipa de Lencastre, cultivavam os ideais da Távola Redonda e o Panteão da Batalha, no modo como foi construído e se encontra organizado é um reflexo disso: o Rei e a Rainha repousam ao centro, num grande túmulo duplo, rematado pelas respetivas estátuas jacentes. Os dois presidem a uma espécie de reencontro familiar que era suposto prolongar-se pela Eternidade: nos arcossólios da parede do lado Sul encontram-se os túmulos dos filhos, a saber, os infantes D. Fernando, D. João, D. Henrique e D. Pedro.

A ideia de construir a capela não fazia parte do projeto original do mosteiro. O Rei tende a abraçá-la na sequência da morte inesperada da Rainha, ocorrida a 19 de julho de 1415, poucos dias antes da partida da expedição a Ceuta. D. João e D. Filipa de Lencastre encontrava-se por esses dias em Sacavém, numa tentativa de estarem a salvo da pestilência que grassava na região, mas com as idas e vindas de mensageiros, relacionadas com os preparativos militares, as condições sanitárias em torno da Família Real acabaram por ficar comprometidas. D. João decide, então, que seria mais avisado passarem a Odivelas e irem pousar no seu mosteiro onde estariam mais seguros e deixa Sacavém apressadamente. D. Filipa fica (...) *pera acabar suas deuações* (...) ⁴ e quando, por fim, chega a Odivelas, apresenta alguns sinais de enfermidade que, no entanto, desvaloriza. O seu estado de saúde agrava-se e no decurso dos dias seguintes, confirma-se o pior dos diagnósticos: a Rainha contraíra a peste.

Não vamos aqui deter-nos na descrição de Zurara sobre o modo como a Rainha foi preparando a sua

⁴ ZURARA, Gomes Eanes de (1915) – *Crónica da Tomada de Ceuta*, Lisboa: Academia das Ciencias de Lisboa, Cap. XXXVIII, pág. 117 (ed. crítica por PEREIRA, Francisco Maria Esteves)

morte e, como no final deixou este mundo⁵. Diremos apenas, referindo o cronista que os (...) *Iflantes teueram seu comsselho açerqua da emterraçam da Rainha, e acordarom porque o tempo era queemte, ca era quando o soll estaua em i dous graaos do signo do liom, que a soterrassem de noute, o mais secretamente que sse fazer podesse. e no outro dia polia manhaá, lhe foy feito ho offiço segumdo compria aas eixequeas de tamanha senhora. (...)*⁶

O corpo de D. Filipa ficou, assim, sepultado no Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, uma solução provisória, considerando a urgência do momento: a expedição marroquina fora já retardada por causa da sua doença, mas o processo tornara-se imparável, não havendo tempo nem condições para organizar funerais condignos com o seu estado e condição. Foi, por isso, necessário deixar passar aquele ano e esperar pelo mês de outubro de 1416, para o seu corpo ser exumado e definitivamente trasladado para a Batalha, onde primeiramente foi depositado numa cripta, depois na capela-mor⁷, onde em 1433, o seu Rei se lhe veio juntar, conforme o disposto no seu testamento, datado de 4 de outubro de 1426. Nele, D. João I manda que o seu (...) *corpo se lance no Moesteiro de Sancta Maria da Victoria, que nós mandamos fazer, com a Rainha D. Felippa, minha molher a que Deos acrescente em sua gloria, em aquel muymmento, em que ella jaz, nom com os seus ossos della, mas em hum ataúde; assi e em tal guisa, que ella jaça em seu ataúde, e Nós em o nosso; pero jaçamos ambos em hum moimento; assi como o Nós mandamos fazer. E isto seja na Cappella mor, assi como ora ella jaz, ou na outra, que Nós ora mandamos fazer, depois que for acabada (...)*⁸.

Os corpos de D. João e D. Filipa de Lencastre permaneceram na capela mor da igreja até 1434. Fiel executor das disposições testamentárias de

seu pai, D. Duarte apressa-se a concluir as obras da capela “(...) *que Nós ora mandamos fazer (...)*”⁹ e a 13 de outubro daquele ano, procede à transferência dos reais despojos para o local. Cumprindo à risca a vontade de seu pai, os corpos são ali depositados no interior de um grande moimento¹⁰ – o maior que até então se executou na Península Ibérica –, cada um em seu ataúde como atrás se referiu.

A grande arca funerária encontra-se no centro da capela destacando-se, sobre ela, as estátuas jacentes dos reais esposos, D. João, à esquerda, D. Filipa à direita. Coroado e envergando armadura completa, o jacente do Rei apresenta uma novidade em relação à prática anterior: pela primeira vez, em Portugal, a estátua funerária de um rei apresenta-se completamente revestida de armadura, um testemunho da introdução do arnés integral de influência inglesa, algo que remontaria a finais do século XIV, inícios da Centúria de Quatrocentos¹¹. Sobre a armadura, um tabardo, repetindo no peito e nos braços, como um bordado, as Armas de Portugal; a presença da cruz da Ordem de Avis, das quinas e dos castelos, constitui uma forte alusão à heráldica régia, algo a que o príncipe atribuíra grande importância ao longo de toda a sua vida, conforme destaca Fernão Lopes: D. João foi o “(...) *Rey que enhadeo a cruz nas armas de Portuguual, porque a ordem de que elle era Mestre traz huia cruz verde em campo branco por armas*”¹². De acrescentar, ainda, o facto de a figura régia segurar na mão esquerda a espada, alusão aos seus triunfos na guerra com Castela, em particular, em Aljubarrota, e mais tarde em Ceuta.

Igualmente coroadas, a figura de D. Filipa apresenta-a trajando túnica cintada e segurando na mão esquerda um livro, alusão às habituais leituras de uma pessoa devota, livros de horas e orações, mas também uma afirmação de educação

⁵ Para essa questão veja-se ZURARA, op. cit., caps. XXXVIII a XLV.

⁶ ZURARA, op. cit., cap. XLV, pág. 139.

⁷ “*Em 1416 D. João I promoveu a transladação de sua amada rainha para o mosteiro da Batalha, que, ainda em obras, a acolheu, primeiro numa cripta e depois na capela-mor.* (COELHO, 2010, p. 472).

⁸ TESTAMENTO DE D. JOÃO I in Crónica de D. João I, 3ª Parte, p. 299 Vide também GOMES, 2002:134.

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ A grande arca possui as seguintes medidas: 375 cm de comprimento x 170 cm de largura x 107 cm de altura, a que é preciso acrescentar os suportes que a sustentam, com cerca de 77 cm de altura.

¹¹ RAMÔA, Joana; SILVA, José Custódio Vieira da. op. cit., 2008, p. 81.

¹² CDJ II, Prólogo, p. 2.

e um símbolo de sabedoria desde a Antiguidade. De assinalar o facto de a mão direita da Rainha repousar na destra do Rei seu marido, que a segura delicadamente. Gravado na pedra, o significado do gesto é claro: a união das duas mãos direitas é a materialização da *maritalis affectio* decorrente do seu laço matrimonial: o Rei e a Rainha são os fundadores modelares e virtuosos de uma linhagem que se pretende modelar e virtuosa que, por esse motivo, deverá permanecer unida, a seu lado, naquele espaço reservado a reis e filhos de reis, até à Consumação dos Tempos¹³.

A ideia do exclusivo régio da Capela do Fundador, decorre, uma vez mais, das determinações testamentárias de D. João I. Declara o Rei, a esse propósito:

“(...) *Item: mandamos & encomendamos ao dito Infante [o Rei dirige-se ao seu filho e sucessor, D. Duarte] & a outro qualquer que for Rey destes Reynos que nom consinta que ninguem se lance nem soterre dentro no jazigo que Nòs mandamos fazer em nossa Capela em alto, nem chaõ, saluo se for Rey destes Reynos. E mandamos, que polos jazigos das paredes da Cappella todas em quadra, assi como são feitas, se possaõ lançar filhos, & netos de Reys, e outros não (...)*”¹⁴.

III. POLOS JAZIGOS DAS PAREDES DA CAPPELLA TODAS EM QUADRA

Foi com esse propósito, o de ali estabelecer um panteão para a sua geração e para os reis que dele viessem, que o fundador da dinastia de Avis¹⁵ pensou em abrir nas paredes da sua capela uma sequência de arcosólios destinados a abrigar, em seu devido tempo, os túmulos dos seus filhos e desses vindouros que ele não conheceria, nunca, mas que, se a fortuna fosse propícia à sua Casa,

haveriam um dia de reinar ou ser grandes de Portugal.

Quem entra na vasta capela de forma quadrada projetada por Huget, a primeira coisa com que se depara é a grande arca tumular onde repousam os corpos do Rei e da Rainha, posicionada bem no centro da estrutura, sob a abóbada. Ultrapassando este centro unificador¹⁶, em torno do qual o conjunto adquire o seu sentido, o muro do lado Sul, apresenta uma sequência de quatro grandes túmulos, insertos em arcosólios. Sabemos que deveriam existir já, em 1442, ano da morte do Infante D. João; Ruy de Pina refere que após a sua morte, em Alcácer, o príncipe foi levado para a Batalha, “(...) *honde tem sua sepultura, dentro da Capella d’El Rey Dom Joam seu Padre (...)*”¹⁷, informação que é conforme com uma outra passagem do mesmo autor, na parte em que alude à passagem do Infante D. Pedro pelo Mosteiro da Batalha, a caminho da refrega onde viria a perder a vida: “(...) *E ally ouvio Myssa e mandou dizer outras muytas pelas almas d’El Rey e da Raynha seus Padres, e se despedio de seus ossos, que cedo avya de vir acompanhar, e esteve olhando com muita tristeza a sepultura ainda vazia, que em sua Capella lhe for ordenada (...)*”¹⁸.

Da esquerda para a direita, os *moimentos* dos quatro *Altos Infantes*, para utilizar as palavras de Camões, apresenta-se nesta sequência: o Infante

¹⁶ Um pouco à imagem do que se verifica na charola templária de Tomar, arriscaríamos afirmar, certos de que se trata de uma associação que necessita de uma reflexão mais aprofundada.

¹⁷ PINA, Ruy de (XXXX). *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, cap. ZZZ. O Infante D. João morreu em Alcácer do Sal, no mês de outubro de 1442. O cronista não acrescenta qualquer outra informação que permita esboçar uma reconstituição aproximada dos eventos que tiveram lugar nos dias e meses que se seguiram à sua morte, omitindo a cronologia e os detalhes das exéquias. Um cortejo sóbrio e modesto – um pouco à imagem do príncipe – deve ter sido a opção tomada, tendo a responsabilidade da sua organização recaído no Infante D. Pedro. Entre todas as incertezas é provável que este cerimonial e a chegada dos restos do mortais do falecido ao Mosteiro da Batalha tenham tido lugar entre o mês de novembro e os primeiros dias de dezembro de 1442, posto que a 8 desse mês, a viúva e o Infante D. Diogo, herdeiro de D. João, já se encontram em Évora, junto da corte, obtendo a confirmação dos privilégios e isenções de que beneficiara o falecido (Vd. *D. João, um Infante esquecido...*)

¹⁸ PINA, Idem, Ibidem, cap. www.

¹³ COELHO, Maria Helena da Cruz. *Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis*. In NOGUEIRA, Carlos (2010) – *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo: Alameda, pág. 76.

¹⁴ TESTAMENTO DE D. JOÃO I in *Crónica de D. João I*, 3ª Parte, p. 303.

¹⁵ Esta ligação à Ordem de Avis não foi uma simples apropriação de historiadores em cronistas. Ele esteve na mente do próprio Rei, que voluntária e conscientemente incluiu nas suas armas a cruz flor-de-liz da Ordem.

D. Fernando, que foi Mestre de Avis e morreu no cativeiro em Fez, em 1443; D. João, Mestre de Santiago, homem de grande valia e ponderação, Condestável do Reino, morto em 1442, como acabou de ser dito; D. Henrique, Mestre da Ordem de Cristo e Duque de Viseu, morto em 1460. sob cujo impulso os portugueses conceberam o projeto de reconhecerem a costa africana e o Atlântico Sul¹⁹. Por fim, o túmulo de D. Pedro, Duque de Coimbra e Regente durante a infância do sobrinho, o Rei Afonso V, que em 1449 deixou o seu corpo insepulto em Alfarrobeira, apenas permitindo que este fosse depositado na Batalha em 1455, como era devido, a instâncias da sua tia, D. Isabel, Duquesa de Borgonha²⁰.

Não é clara, à primeira vista, a razão pela qual os túmulos dos quatro príncipes se encontram alinhados nesta sequência. É possível imaginar que estes o tenham determinado entre si, ainda em vida, segundo uma regra simples: da esquerda para a direita, do mais novo para o mais velho. D. Fernando nasceu em 1402 e o seu corpo encontra-se na extremidade esquerda do conjunto; o túmulo de D. João, nascido em 1400, encontra-se a seguir; depois D. Henrique, que nasceu em 1394; por fim D. Pedro, nascido em 1392...

¹⁹ Coerente com a determinação testamentária do Rei, seu pai, parece ter havido um consenso da parte dos quatro Infantes em terem ali sepultura, junto dos seus progenitores. D. Henrique deixa-o claro no seu testamento quando determina: (...) *Item mando que o meu corpo seja lançado no moymento que estaa pera my onde jaz el-Rey meu snor e padre no moesteiro de sancta Maria da victoria.* (...) TESTAMENTO DO INFANTE D. HENRIQUE, datado de 13 de outubro de 1460.

²⁰ A Batalha de Alfarrobeira teve lugar no dia 20 de maio de 1449, nas imediações de Alverca. D. Pedro perde então a vida, quando combatia a hoste real do seu sobrinho, Afonso V. O corpo do Infante terá ficado abandonado no campo de batalha durante todo aquele dia, acabando por ser piedosamente recolhido por uns camponeses ao final do dia. O modo infame como terminou os seus dias, à frente de um exército, a combater o seu Rei, privou-o de um enterramento condigno com a sua posição, tanto mais que se tratava de um homem culto e viajado e reconhecido em várias cortes europeias que não acolheram de bom grado a atitude do monarca português. A situação acabou por gerar críticas e assim, apesar de ser contrário à ideia, em 1455 D. Afonso acaba por reabilitar a memória do tio. D. Pedro foi então trasladado para a Capela do Fundador, onde foi sepultado junto aos pais e irmãos, com todas as pompas e honras. Ver RODRIGUES, Nuno, *Morte e Memória* (<https://formadevida.org/nrodriguesfdv13>).

Provavelmente foi esta a lógica que determinou o ordenamento que acabou por vigorar.

IV. UMA CONSTATAÇÃO: A CAPELA DO FUNDADOR É UM ESPAÇO PROFUNDAMENTE LIGADO AO MUNDO DAS ORDENS MILITARES

D. Fernando, D. João e D. Henrique – mais o Rei, que repousa no seu magnífico túmulo ao centro – foram homens que tiveram profundas ligações ao mundo das Ordens Militares. D. João, o Rei, cresceu e fez-se adulto no seio da Ordem de Avis, o ramo português da milícia de Calatrava; ademais, o aio da sua meninice foi o Mestre da Ordem de Cristo, D. Gomes Freire, o homem que, de acordo com o cronista sugeriu a D. Pedro I, o rei seu pai, que lhe concedesse o mestrado da dita Ordem. D. João tornou-se, assim, o Mestre, designação pela qual veio a tornar-se conhecido junto dos seus apoiantes durante os meses conturbados que se seguiram à morte do seu meio-irmão, o Rei Fernando.

Criado no seio da Ordem de Avis, D. João não podia deixar de compreender, naturalmente, a importância da instituição cujo de que detinha o governo lhe fora confiado e assim, à imagem dela, o poder que, no seu conjunto, constituíam as constituíam reuniam as demais milícias que desde o século XII se encontravam estabelecidas estabelecidas operam no Reino. Ademais, a sua educação e formação como homem, no contexto em que se processou, da infância à idade adulta, no seio do ramo português de Calatrava, não podia deixar de poder ter deixado de contribuir para lhe moldar o carácter, sedimentando e construir nele uma certa mundividência assente nos valores da Cruzada, algo facto que explica a sua decisão de atravessar travessa determinação de passar o Estreito à frente de uma armada e ir ao Marrocos, sitiar e conquistar uma cidade do Islão, claramente demonstra. Com efeito, a. A conquista de Ceuta, em 1415, não é outra coisa não foi do que senão a prossecução da Reconquista, desta feita contra oono al-Gharb de além-mar mar Além Mar, em África.

Atendendo à titulatura que ao modo como a si próprios se designam os monarcas portugueses a

si mesmos se atribuem, a partir das conquistas de Afonso V no Norte de África²¹. D. João II, é possível concluir pela existência, em certos estratos daqui, a um certo nível, existe na sociedade, uma clara compreensão desta dualidade.....: (...) *D. Afonso Afonso João, pela Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, de Aquém e de Além Mar em África*: os monarcas portugueses (...). Os reis de Portugal sabiam que, num passado mais ou menos distante distante remoto, antes da expansão das conquistas do Islão pelo Norte de África, as terras do Marrocos haviam feito sido parte da Cristandade: recuperar o al-Gharb —, fosse o Ocidente —, seja do al- Andalus, sejam sejam fossem as terras Ocidentais do outro lado do Estreito Estreito Marrocos, era um dever que se lhes impunha a qualquer príncipe temente a Deus, uma miragem. e que desde havia séculos pairava nos espíritos dos cristãos da Hispânia Hispânia Na mente da cristandade hispânica. A propósito do que acaba de ser dito, cumpre invocar os termos da concórdia que entre si celebraram, a 12 de maio de 1172, o primeiro mestre e fundador da Ordem de Santiago, D. Pedro Fernandes, e os cavaleiros da milícia de Ávila, que então concordaram em integrar a dita Ordem, comprometendo-se a obedecer ao mestre e guardando a sua Regra combatendo sob o seu estandarte na Espanha, em África, ou ainda em Jerusalém.

Este acontecimento reveste-se de um especial significado que merece ser analisado: menos de dois anos volvidos sobre a sua fundação, no Verão de 1170, em Cáceres, três meses volvidos sobre a receção da nova Ordem pelo Arcebispo D. Pedro, de Compostela, o fundador da nova milícia possui uma imagem grandiosa daquilo que pode vir a ser o futuro da sua cavalaria bem como do processo da Reconquista. As palavras empregues não deixam espaço para dúvidas: (...) *Si, quod accidat, sarracenis ab yspanie partibus citra mare propulsis* (...), refere o texto da concórdia, (...) *in terra de Marrocos magister et capitulum ire*

²¹ Afonso V conquistou Alcácer Ceguer em 1458. Após sucessivas tentativas, em 1460 e 1462, Tânger foi definitivamente conquistada em 1464. Por fim, em 1471, os portugueses apoderaram-se de Arzila e Larache. É na sequência destas campanhas que o monarca português começa a utilizar o referido título.

*proposuerit, (...) Similiter et si necesse fuerit in Jherusalem (...)*²². Ou seja: 320 anos antes da queda de Granada, as elites aristocráticas da Hispânia admitem poder vir a concretizar o sonho dos Reis Católicos, combatendo o Islão onde quer que fosse. Expulsando os infiéis das terras da Espanha, primeiro; depois, fazer-lhes a guerra no Marrocos; se necessário, levar o combate até Jerusalém. A Reconquista Cristã e as Cruzadas do Oriente são uma e única coisa.

Criado e feito homem no seio da Ordem de Avis, D. João afirma-se política e militarmente num tempo de crise e vazio de Poder, envergando os trajes do *Mestre*. Esse facto, aliado ao facto de ser filho do Rei D. Pedro, valeu-lhe a confiança do Povo de Lisboa e de alguns dos grandes do Reino e, finalmente, em Coimbra, em abril de 1385, a elevação à condição régia.

É impossível quantificar, de um modo específico, o contributo da sua ligação à Ordem de Avis mas este reflete-se nas decisões que ao longo da vida foi tomando. Reflete-se na ideia da ida a Ceuta, naturalmente; reflete-se, também, na decisão que tomou de entregar aos filhos os Mestrados das Ordens Militares – sempre por vacância, evitando afrontar os detentores investidos nos cargos, da quem, na maior parte dos casos era devedor.

Ser Mestre de uma Ordem era coisa séria e motivo de distinção para quem detinha o cargo e os túmulos dos Infantes demonstram-no. Como atrás se referiu, três dos quatro filhos de D. João I e D. Filipa de Lencastre sepultados nos arcossólios da parede Sul da Capela do Fundador exerceram funções mestrais: D. Fernando, D. João e D. Henrique, cada um ostentando no respetivo *moimento*, os sinais distintivos da sua milícia, para além de outros que classificaremos como sendo mais pessoais e cuja análise iremos tratar de seguida.

²² AGUADO DE CÓRDOVA, Antonio F., ALEMÁN Y ROSALES, Alfonso A., LÓPEZ AGURLETA, José (1719). *Bullarium equestris ordinis S. Iacobi de Spatha per annorum seriem nonnullis donationum & alijs interiectis scripturis/congestum regij ordinum senatus iussu compilatum, simul ac regio diplomate in lucem editum*. Madrid: Ex Typographia Ioannis de Ariztia, pp. 8-9. Ver MARTÍN, José Luis (1974). *Orígenes de la Orden militar de Santiago (1170-1195)*. Barcelona: C.S.I.C., doc. 53.

Nascido a 13 de janeiro de 1400, D. João foi o primeiro dos Infantes a ser investido no governo de uma milícia: em 1418, o Rei solicita a Martinho V, para o filho, que lhe conceda o Mestrado da Ordem de Santiago, vago desde a morte de D. Mem Rodrigues de Vasconcelos, ocorrida em 1414 ou 1415. O Papa responde favoravelmente à demanda e em Outubro daquele ano, o príncipe é investido como seu Governador e Administrador da referida Cavalaria²³.

Algum tempo mais tarde, em 1420, D. João I regressa à questão, desta feita, solicitando ao Pontífice que consinta na entrega do Mestrado de Cristo ao Infante D. Henrique, igualmente vago desde a morte de D. Lopo Dias de Sousa, em 1417. Este pedido enquadra-se num contexto de forte tensão em torno da defesa de Ceuta, assediada pelos mouros em agosto de 1419; a gravidade da situação obrigara à mobilização das forças portuguesas, cujo comando fora entregue aos Infantes D. Henrique e D. João, que lograram repelir a ofensiva. D. Henrique regressa a Portugal em março de 1420, sendo provisoriamente empossado, a pedido do Rei, em maio, que o solicitou ao Papa, na condição de Mestre da Ordem de Cristo²⁴, investidura definitivamente confirmada pelo mesmo dali a seis meses, no decurso do mês de novembro²⁵.

²³ Bula *In apostolice dignitatis specula*, de 8 de outubro de 1418. Vd. MH, vol. II, nº 148, pp. 303-305.

²⁴ Bula *In apostolice dignitatis specula*, de 25 de maio de 1420. Vd. MH, vol. II, doc. 80, pp. 367-369. Cfr. BRÁSIO, António (1958). *A acção missionária no período henriquino*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Vº Centenário da Morte do Infante D. Henrique, pp. 55-70. Ver MORGADO, Isabel (2002). *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. In "Militarium Ordinum Analecta", nº 6. (Dir. Luís Adão da Fonseca). Porto: Fundação Eng. António de Almeida, p. 64, nota 181, onde diz que a "(...) nomeação do Infante surge na sequência da morte do anterior mestre desta milícia, D. Lopo Dias de Sousa, como aliás refere este mesmo documento, a p. 368 [a autora alude à dita Bula, publicada em MH, vol. II]. Tal acontecimento ocorreu em 1417 (I.A.N./T.T., Ordem de Cristo/Convento de Tomar, Cód. 234,1ª pt., fls. 27-27v e Cód. 232, fls. 4v-5; B.N.L., Col. Pombalina, Cód. 501, fl. 65), tendo [o dito Lopo Dias de Sousa] sido sepultado no convento de Cristo de Tomar [de onde] mais tarde veio a ser trasladado para o mosteiro da Batalha, provando-se assim a sua participação no projecto da dinastia Avisina, quer a título pessoal, quer a título institucional, como mestre da Ordem de Cristo. Efectivamente, pensamos poder fazer recuar a este mestrado – e a Lopo Dias de Sousa – o processo de integração desta milícia na Casa Real. (...)”

A morte de D. João I, em agosto de 1433, não acarretou alterações na política da Coroa face às Ordens. O desaparecimento do Mestre de Avis, Fernão Martins de Sequeira, igualmente falecido naquele ano, constituiu a ocasião que faltava para colocar o governo das três milícias sob a tutela, mais ou menos direta, da Coroa: no decurso de 1434, correm demandas junto da Santa Sé, para que o governo da dita Ordem seja confiado ao Infante D. Fernando, as quais obtêm resposta favorável por parte do Papa Eugénio IV, por bula datada de 9 de setembro²⁶.

Esta ligação dos Infantes às milícias estabelecidas no Reino²⁷ encontra-se expressa na heráldica dos seus túmulos onde, em cada um dos casos e entre outros elementos, se destacam os hábitos das respetivas cavalaria. Numa sequência que se desenvolve da esquerda para a direita, como se referiu, sucedem-se as sepulturas de D. Fernando, D. João e D. Henrique, governadores, respetivamente, das Ordens de Avis, Santiago e Cristo, mais o túmulo do Infante D. Pedro. A análise de cada um destes sepulcros – em particular, o exame dos respetivos faciais – revela uma organização que obedece à regra de apresentar-se, à esquerda, o hábito da Ordem²⁸, no caso dos três Mestres, à direita as armas do tumulado, destacando ao centro ou disperso pela área esculpida, a sua divisa ou empresa, a qual é composta por dois elementos, a saber, um corpo e uma alma, mote ou lema²⁹, inscrito em cada um dos frisos superiores. Esta regra aparece formulada de uma forma mais simples no túmulo

²⁵ Bula *Eximie devocionis affectus*, de 24 de novembro de 1420. MH, vol. II, doc. 180, pp. 368-369.

²⁶ Bula *Sincere devotionis*, de Eugénio IV, datada de 9 de setembro de 1434, IAN/TT., Ordem de Avis, nº 29. Vd. MH, vol. V, doc. 30, pp. 70-72.

²⁷ Uma vez que se tratava de uma instituição de carácter internacional, com órgãos autónomos e governo próprio, nesta época sediado em Rodes, exclui-se desta conta a Ordem do Hospital.

²⁸ (...) Habito se chama a insígnia das ordens de Christo, Santiago & Avis & a de Familiar do Santo Officio; a dos Maltezes se chama somente *Malta*. (...) Vd. BLUTEAU, Raphael (1713). *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico...* Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, Letra H, p. 5, col. 1ª.

²⁹ Corpo e alma da divisa: (...) Divisa a que outros chamaõ, *Empresa*, & que alguns confundem com *Emblema*, he huma

de D. Fernando, repetindo-se nas sepulturas dos irmãos, naturalmente, adaptada às particularidades de cada um, como se irá constatar.

4.1 Túmulo do Infante D. Fernando

<p>Da esquerda para a direita:</p> <ul style="list-style-type: none">- Hábito da Ordem de Avis;- Corpo da divisa: ramos de roseira entrelaçados em três círculos, irradiando a partir do centro do facial;- Armas do Infante. <p>No friso superior: intercalando com o corpo da divisa, alma da divisa: <i>Le bien me plet</i>.</p>	
---	--

O estudo do facial e friso superior do túmulo do *Infante Santo* revela uma empresa cujo corpo é composto por um triplo entrançado de ramos de roseira, espécie também representada no friso, embora de um modo mais simplificado e intervalada com o mote *Le bien me plet*, que constitui a alma da sua divisa.

pintura metaphorica, ou huma pintada, & visível metáfora, que tem Corpo, & Alma. O corpo da Divisa he a Figura representada, & a alma, he a palavra, ou sentença, que ao discreto dá a entender alguma cousa, que a figura não declara. (...). Vd. BLUTEAU, (1713), ob. cit., Letra D, pp. 265, col. 2^a – 266 col. 1^a. As divisas servem para exprimir de um modo simbólico, ideias ou pensamentos que representam objetivos, desejos e aspirações, bem como as normas de vida ou de conduta dos seus titulares. Ao contrário dos brasões de armas que, normalmente, não representam apenas uma pessoa, mas toda uma linhagem, as divisas são manifestações de carácter pessoal que dizem respeito, apenas, a um único titular.

4.2 Túmulo do Infante D. João

Da esquerda para a direita:

- Hábito da Ordem de Santiago;
- Armas de D. Isabel de Bragança, mulher do príncipe, cujos despojos também aqui repousam;
- Armas do Infante;
- Corpo da divisa, disperso pela superfície do facial: bolsas com três vieiras, imagem de conotação jacobea, ladeada por ramos com flores de alcachofra (*Cynara cardunculus*);

No friso superior, intercalando com o corpo da divisa, a alma da divisa: *Jay bien reson*.



Analisando a superfície esculpida do facial do túmulo do Infante, mais o friso que o remata, constata-se a presença aqui, de uma dupla referência ao mundo espatário. A primeira, naturalmente evocada pela inclusão da espada sobre um escudo, menção à *Crucem in modus ensis*³⁰ que constitui o hábito da Ordem; a segunda, pelo alinhamento, uniforme e simétrico de oito bolsas, de um extremo ao outro do facial, cada uma ostentando três vieiras, clara referência à iconografia da Peregrinação Jacobea que, na maior parte dos aspetos, se confunde com a da Ordem. De acrescentar que o espaço se apresenta recoberto por ramagens e flores de alcachofra, símbolo da renovação da vida e da perenidade do príncipe. E da ressurreição do próprio Cristo, cuja premonição se depreende das cenas do Calvário que pairam ao fundo, por cima do túmulo.

A bolsa do peregrino constitui o corpo da empresa do Mestre-Infante. Corpo e alma apresentam-se, assim, reunidos no friso superior, dispostos em sequência, três bolsas que ritmadamente separam o lema do príncipe, a alma da sua empresa, quatro vezes repetida: *Jay bien reson*.

³⁰ Uma “Cruz em forma de espada”, referida no Prólogo à Bula Fundacional da Ordem de Santiago, da autoria de Mestre Alberto de Morra, inscrita no *Bullarium*, p. 2, escritura I.

À esquerda: o corpo da divisa composto por bolsa com três vieiras, imagem de conotação jacobea, ladeada por ramos com flores de alcachofra (*Cynara cardunculus*), dispersos pela superfície do facial;
Abaixo: intercalados no friso superior, corpo e alma da divisa: *Jay bien reson* (pormenor).



Interior do arcossólio,
junto ao muro:
- Três Passos da Paixão
(Crucificação do Cristo /
Morte na Cruz / Deposição
da Cruz).



4.3 Túmulo do Infante D. Henrique

Da esquerda para a direita:
- Hábito da Ordem de
Cristo;
- Hábito da Ordem da
Jarreteira;
- Armas do Infante;
- O corpo da divisa,
disperso pela superfície do
facial: ramos de
carrasqueiro (*Quercus
ciccifera*).
No friso superior,
intercalado com o corpo da
divisa, a alma da divisa:
Talant de bien faire.

Sobre a arca tumular, no
interior do arcossólio,
estátua jacente do Infante.



Analizando o facial do túmulo do *Navegador*, mais o friso que o remata, constata-se, no primeiro, a presença do corpo da sua empresa, materializado numa profusão de folhas e ramos de

carrasqueiro, (*Quercus ciccefera*); já no segundo, alinhados em sequência, figuram a alma e o corpo da empresa, folhas de carrasqueiro, seguidas pelo mote do Infante, *Talant de bien faire*.

4.4 Túmulo do Infante D. Pedro

Da esquerda para a direita:

- Armas de D. Isabel de Urgel, mulher do Infante, que aqui se encontra sepultada;

- Hábito da Ordem da Jarreteira;

- Armas do Infante;

- O corpo da divisa (balança), alinhado junto das armas do Duque e da Duquesa.

No friso superior, intercalado com o corpo da divisa, a alma da divisa:

Desir.



A escolha da palavra *Desir*, para figurar como alma da divisa do Infante é uma expressão do seu próprio arbítrio e não sendo imediatamente claro, o seu significado pode ser interpretado como sinónimo de *Vontade*. A alma da empresa não deve, no entanto, ser lida separadamente da imagem da balança, que corresponde ao corpo da divisa: a balança simboliza o exercício da Justiça, encontrando-se associada a São Miguel, o condutor das almas, o Arcanjo do Julgamento, padroeiro do príncipe.

A *Capela do Fundador* foi concebida como o espaço de celebração dos atos de um homem – um príncipe –, que contra todas as expectativas ousou desafiar o destino e tornar-se Rei. D. João fez-se adulto no ambiente das Ordens Militares; esse facto moldou a sua visão do Mundo mas permitiu-lhe, também, compreender o peso das milícias enquanto instrumentos de Poder e a necessidade que havia de conservá-las sob a tutela próxima da Coroa, prevenindo eventuais riscos de funcionarem como polos de resistência às suas políticas. Esta é uma realidade que a simples análise das personalidades que se encontram aqui tumuladas permite constatar: quatro mestres em duas gerações de príncipes. A Capela do Fundador

é também um *Panteão dos Mestres*. Não como a Capela dos Mestres (ou de São Bartolomeu), situada na Igreja de Santa Maria dos Mártires, em Alcácer, mandada edificar em 1333 por D. Garcia Peres, para si e seus sucessores constituídos no Mestrado de Santiago, em Portugal. A Capela de São Bartolomeu é uma expressão do poder nobiliárquico no contexto de uma Ordem Militar. A *Capela do Fundador* é um panteão mestral compreendido no âmbito da Coroa onde os hábitos das três milícias coexistem com as armas de cada um dos Infantes, que outra coisa não são do que as Armas Reais, pontualmente adaptadas às especificidades dos príncipes.

O Panteão de D. João I e D. Filipa de Lencastre é a expressão da submissão das Ordens Militares à Coroa. Este não é um espaço de uma Ordem Militar; este é um espaço régio, memorial de um reinado que o seu instituidor desejava que fosse fundacional, expressão da fundação de uma nova dinastia e de uma nova era para o Reino.

4.5 As Ordens Militares no Tempo de D. João I.

As Ordens Militares nascem na sequência das reformas de Gregório VII (1073- 1085) e do

impulso que estas trouxeram à Igreja Romana no quadro da Cristandade Ocidental. Marcado pelas disputas que travou com o Imperador Henrique IV, do Sacro- Império (1084-1105), o seu pontificado coincidiu parcialmente com a afirmação de Afonso VI na Hispânia (1077-1109) e o com fortalecimento da Reconquista, abrindo as portas ao apelo de Urbano II (1088-1099) à nobreza franca, em Claimont, em 1095, no sentido de esta tomar a rota o Oriente e aventurar-se a ir a Jerusalém libertar o Sepulcro do Cristo. As Ordens Militares – nomeadamente a Ordem do Templo – nascem nos primeiros anos do século XII, na Palestina, no contexto das lutas entre a Cristandade e o Islão. E como as circunstâncias no Levante, como na Hispânia, eram semelhantes, facilmente se compreende o seu estabelecimento precoce na Península Ibérica. Os Templários encontram-se no território português já em 1128, recebendo da Rainha D. Teresa o castelo de Sour. Os Hospitalários chegam ao território um pouco antes mas a sua natureza não era, ainda, a de uma milícia como o Templo ou como viriam a ser as Ordens Militares de fundação hispânica, nomeadamente Calatrava³¹, canonicamente reconhecida em 1164 e Santiago, fundada em Cáceres, em Agosto do ano de 1170.

O papel desempenhado pelas Ordens Militares na Espanha, no decurso dos séculos XII e XIII encontra-se bem documentado. No que concerne ao território português, a sua ação foi especialmente relevante, em termos de expansão territorial, desde o estabelecimento da Monarquia, sob Afonso I (1143-1184) e durante os reinados de Sancho I (1184-1211), Afonso II (1211-1221) e Sancho II (1221-1245). Chegando, porém, ao ano de 1249 e submetidos os últimos redutos islâmicos no Algarve, sob Afonso III (1248-1279), a ação das milícias encontra-se, de algum modo, limitada pelo seu próprio sucesso, padecendo, a partir de então, de uma certa “crise de identidade”.

Com efeito. depois de prestar um decisivo contributo no processo de conquista do Baixo

³¹ Alguns cavaleiros de Calatrava passaram ao território português e vieram estabelecer-se em Évora. Finalmente, em 1211, o Rei Afonso II doou-lhe a vila de Avis, de onde lhes veio o nome.

Alentejo e Algarve, Paio Peres Correia, Mestre de Uclés entre 1242 e 1275, mantém uma relação conflituosa com Afonso III, circunstância que pode ajudar a explicar o facto de o seu sucessor, D. Dinis (1279-1325), promover e apoiar as ambições de autonomia dos espatários portugueses. É no seu tempo que começam a ser eleitos Mestres Provinciais em Portugal, o primeiro dos quais foi D. João Fernandes sendo, igualmente, no seu reinado que têm lugar os acontecimentos que levaram à extinção da Ordem do Templo em 1311, por Clemente V e à instituição da Ordem de Cristo, em 1319.

Como quer que seja, no século XIV, as Ordens Militares continuam a existir, sendo detentoras de extensos patrimónios fundiários e rendas valiosas que as tornam apeteceíveis. Ademais, as cavalaria constituem um poder militar considerável, servindo como veículo de afirmação da aristocracia face à Coroa que, naturalmente, sente um forte impulso para as colocar sob a sua influência. A entrega do Mestrado de Avis por D. Pedro I a seu filho natural, D. João – uma criança de 7 anos, ao tempo –, constitui um primeiro passo nesse sentido.

D. João não ignora o modo como a sua ligação à Ordem contribuiu para a sua ascensão ao Tr³²ono, conservando-se na posse do Mestrado de Avis por algum tempo, mesmo sendo Rei, apenas abrindo mão dele em 1387 para o entregar a um homem da sua confiança, D. Fernão Rodrigues de Sequeira, o mesmo se passando com Santiago, cujo Mestrado é nesse mesmo ano confiado Mem Rodrigues de Vasconcelos, homem, igualmente do seu círculo. Relativamente à Ordem de Cristo, o Mestre eleito canonicamente em 1373, D. Lopo Dias de Sousa, conserva-se em funções até morrer, presumivelmente em 1417. Mas isto não levanta problemas à Coroa, dada a parcialidade que aquele desde cedo revelara face à sua causa e aos laços que estabelece com a nova dinastia.

Em 1418, como atrás se viu, o Infante D. João recebe do Papa a confirmação da sua condição como Mestre da Ordem de Santiago. O zelo com que o jovem príncipe exerce as suas funções é

³² Cf. A.N.T.T., *Ordem de Santiago, Livro dos Copos*, fls. 168r-170r.

conhecido, bem como o modo em como procurou assegurar o seu domínio sobre a milícia, algo que se reflete, por exemplo, na procuração em que os Treze o investiram a 22 de Janeiro de 1422, em Alcácer. D. João torna-se então seu representante, investido num rol tão extenso de poderes que praticamente os torna dispensáveis, sendo o prenúncio de uma nova Ordem.

V. CONCLUSÃO: UM PANTEÃO DE MESTRES?

Sim e não.

Sim, porque as personalidades que aqui repousam desenvolveram grande parte da sua ação enquanto Mestres das Ordens Militares de Avis, Santiago e Cristo... O vocábulo comumente usado, na época, para se lhes referir é Administrador ou Governador mas por vezes a documentação recorre à palavra *Mestre*. É assim no século XV; o mesmo acontece, invariavelmente, no século XVI em relação a D. Jorge de Lencastre, Mestre de Avis e Santiago, o *último Mestre*, posto que à sua morte o governo das duas Ordens passa para a Coroa.

Não, porque o facto de estas personalidades terem sido Mestres das Ordens tem menos a ver com a vida interna destas instituições e mais com as estratégias da Monarquia que desde o século XIV compreende a sua força e potencial, desejando colocá-las ao seu serviço. Este desígnio encontra-se patente nos Estabelecimentos do Mestre Pedro Escacho, da Ordem de Santiago, datados de 1327, na parte onde se define a razão de ser última da milícia: (...) *a serviço de Deus e nosso e em exaltamento da Fé de Jesus Cristo e a prol dos nossos Regnos e outrossi da dicta Ordem* (...) ³³.

Esta ambivalência leva-nos ao modo como começamos... Um *Panteão de Mestres* ou uma grande sala onde o Rei e a Rainha fundadores ocupam o lugar central ladeados pela sua descendência. É isso a *Capela do Fundador*. Era assim no mundo dos vivos, com a atribuição dos

Mestrados aos filhos da própria Realeza. Na morte não podia ser de outro modo.

5.1 A Título de Posfácio

Os arcosólios situados a Poente, acolhem os túmulos de importantes personagens das três gerações seguintes. Pela mesma sequência e inspirados no modelo dos túmulos dos quatro Infantes, encontram-se alinhadas as sepulturas de D.:

1. De Afonso V e de sua mulher D. Isabel, filha do Infante D. Pedro, do Rei D. João II e do malogrado Infante D. Afonso, filho do anterior, morto num acidente de cavalo junto ao Tejo de D. Pedro;
2. De D. João II;
3. Do infante D. Afonso, que morreu junto ao Tejo.

Pese, embora as semelhanças com os túmulos da parede Sul, este conjunto é um revivalismo de finais do século XIX, tendo sido inaugurado, já, nos primórdios do século XX, em 1901. A iniciativa da sua construção deve-se ao Rei D. Carlos I, tendo a orientação dos trabalhos ficado a cargo do mestre canteiro Joaquim Maria do Patrocínio. Até então, D. Afonso V e o Infante D. Afonso encontravam-se sepultados na Sala do Capítulo e D. João II numa capela lateral da igreja.

Este conjunto um *neo*, inaugurado nos primórdios do séc. XX.

- D. João cresce sob a influência de D. Nuno Freire, mestre de Cristo;
- Segundo Fernão Lopes (*Crónica de D. Pedro*, cap. 43), vagando o Mestrado de Avis, é este Nuno Freire quem propõe ao Rei que o faça Mestre: D. João cresce entre estas duas cavalaria. Afonso V e o Infante D. Afonso estavam sepultados na Sala do Capítulo;
- O túmulo de D. João II encontrava-se numa capela lateral da igreja;

As peças hoje existentes são de iniciativa do Rei D. Carlos (1901) e orientação dos trabalhos coube ao mestre canteiro Joaquim Maria do Patrocínio.

³³ CUNHA, Mário (2021). *As Origens da Ordem de Santiago (1170-1327)*. Lisboa: Edições Colibri, p. 175.